



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Impresso
Especial

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Ano XVII - nº 58
Maio de 2009

ÉTICA no dia a dia

Ao mesmo tempo em que se mostra indignado com a corrupção, o brasileiro pratica e tolera ações anti-cidadãs como sujar a rua, avançar o sinal, furar a fila. O que fazer para mudar isso?

PARA:
VOCE

TT CATALÃO

Na vida tudo passa, mas essas passagens parlamentares...

Digamos, não viver um momento edificante no Congresso Nacional pela nebulosa margem de sombra entre privado, público, institucional e pessoal que a instituição passa. Se foi o castelo do deputado Edmar Moreira que começou a esfarelar nossa relação precisamos reatar nossa credibilidade em uma instituição estrutural para a democracia. E não há ferramenta maior de resgate que o voto.

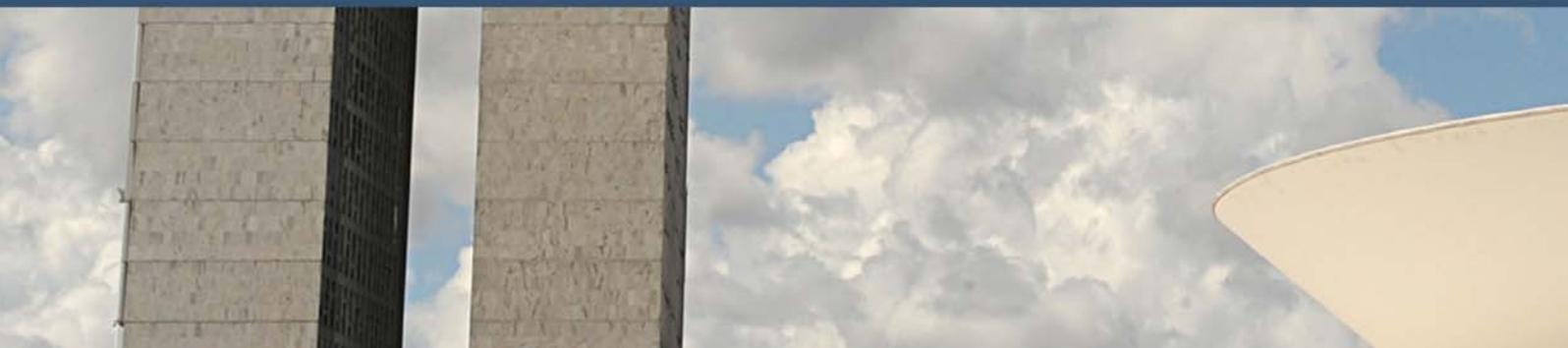
Será que o constrangedor material veiculado ficará só no choque, ou na piada fácil, e pouco acrescentará em consciência para diminuirmos a margem de escândalos? Óbvio que nem toda “acusação” é real e, sob carga emocional inflamável, inúmeros oportunistas e rancorosos por interesses contrariados, cobiça interrompida ou lucro lacrado, manipulam e fabricam “realidades” por mera vingança ou astuta estratégia para recuperar áreas de influência. É o jugo do jogo. Óbvio que sempre nos perguntamos porque silenciam por conveniência e abrem manchetes quando precisam de nova conjuntura. Mas algo de muito dolorido veio à tona.

Esse revirar todo acelera a urgência da campanha pelo voto consciente. Nem tanto para sanear, mas para construir um Congresso que realmente traduza as forças vivas da sociedade. Precisamos dessa generosa Casa para nos reinventarmos em leis e linhas de pensamentos à altura da nossa diversidade e beleza. Precisamos dar uma resposta aos que “se lixam para opinião pública”, literalmente não jogando nosso voto no lixo.

Com 2010 às portas podemos antecipar a erradicação do analfabetismo político ampliando redes (de pessoas e grupos) capazes de perceber quem pensa, fala, faz, atua e se compromete – na própria vida e na relação com os outros – com o que pensa, fala, faz e atua.

Para que o discurso não seja só um recurso que alimenta uma embalagem mentirosa, mas testemunho de uma vida íntegra e integral pelos valores que legitimam um Congresso livre, eficaz, voz do sem voz, justo e solidário.

“ Precisamos reatar nossa credibilidade em uma instituição estrutural para a democracia. E não há ferramenta maior de resgate que o voto. ”





ARQUIVO SINDJUS

Momento de mobilização

AO LEITOR



Roberto Policarpo
Coordenador-geral
do Sindjus

Atenção! É chegado o momento de nos prepararmos para o início da mobilização objetivando o envio imediato do novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Judiciário ao Congresso Nacional. Os trabalhos na Comissão Interdisciplinar estão adiantados e, em breve, teremos o texto do anteprojeto consolidado junto aos membros. No entanto, antes de ser enviado para apreciação dos parlamentares, o anteprojeto tem de percorrer um caminho árduo e necessário – os diretores-gerais e os presidentes dos tribunais, respectivamente.

A experiência dos planos passados nos indica que a mobilização dos servidores se torna fundamental no sentido de pressionar os diretores-gerais e os presidentes dos tribunais a aprovarem as

propostas formatadas pela comissão o quanto antes. O Sindjus tem trabalhado duro dentro da comissão para enviar esse anteprojeto ao Congresso no, mais tardar, início do segundo semestre. No entanto, esse envio dependerá da vontade política dos diretores-gerais e presidentes dos tribunais.

Já os servidores do MPU precisam se mobilizar em prol da abertura do diálogo da administração com o sindicato para tratar do novo PCCR. Até o momento, o procurador-geral da República, Antônio Fernando, não deu mostras de que instalará as negociações. O Sindjus tem tentado fomentar o diálogo, mas as portas têm sido constantemente fechadas. A esperança de mudança desse cenário está na sucessão do novo procurador. No entanto, desde já é necessário que os servidores pressionem e cobrem que seja instalada a comissão que discutirá o PCCR do MPU.

Embora em frentes e momentos diferentes de luta, os servidores do Judiciário e do MPU devem se mobilizar em torno do novo PCCR. O êxito da conquista depende da nossa união.

“A experiência dos planos passados nos indica que a mobilização dos servidores se torna fundamental no sentido de pressionar os diretores-gerais e os presidentes dos tribunais a aprovarem as propostas formatadas pela comissão o quanto antes”

Passagens I

Na condição de sindicalizado, acompanho e aprovo o importante trabalho desenvolvido pelo Sindjus na defesa dos interesses dos servidores. No entanto, preocupa-me muito a inércia de quase todos os sindicatos em relação a temas importantes que afetam a sociedade como um todo. No momento, o país assiste, como de praxe, a mais um escândalo envolvendo os parlamentares (o uso do dinheiro público para aquisição de passagens aéreas em benefício de familiares e de terceiros). Esses bandidos são eleitos para representar o povo e não para usurpar o dinheiro público. O pior é que as entidades, sindicatos, ongs, etc nada fazem para expressar a opinião da sociedade contra eles. Assim, seria importante o engajamento do Sindjus convidando os outros sindicatos para um movimento em frente ao Congresso, no dia da votação que decidirá a forma de utilização das passagens aéreas.

Célio Antonio Dias – STJ

Conselhos Tutelares

Gostaria de parabenizar toda a equipe do Sindicato pela campanha em apoio aos Conselhos Tutelares no DF. Não podemos abandonar nossas crianças e jovens. É preciso que os servidores compreendam que a proteção à infância é uma questão que diz respeito a todos nós!

Maria Helena Dias – MPDFT

Pequenos furtos

Muito boa a reportagem sobre a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, aquela que orienta a não tratar como um criminoso a pessoa que furtou alguma coisa para comer ou para alimentar sua família. Também gostei muito da enquete que a revista fez entre os servidores, abordando esse mesmo assunto. Acho que é bom e proveitoso para nós, servidores do Judiciário ou do Ministério Público, ter contato com a opinião dos nossos colegas sobre temas relevantes para a sociedade.

Aloísio César – TST

Passagens II

Constato a, no mínimo, infeliz expressão “nota de repúdio ao Congresso Nacional”, revelando a imaturidade política “de manada” na generalização e o desrespeito pelas Instituições do Estado Democrático de Direito... Podemos repudiar sim aqueles congressistas que gastam mal os instrumentos disponibilizados para o mandato parlamentar, dando os devidos nomes aos bois, mas daí complica... Sempre em defesa do Senso Crítico,

Alessandro Gil – PGR

NOTA DO SINDJUS: Ao dizer “Congresso Nacional”, o Sindjus referiu-se à maioria dos congressistas que permitem que a má administração dos recursos públicos seja recorrente no Legislativo nacional. Desculpamo-nos se o texto permitiu que fosse passada a ideia de que o Sindjus não defende o Estado democrático, mas reforçamos que a democracia é o maior princípio do Sindjus e o seu fundamento inclusive para existir.

Aniversário do Sindjus

Desde já, parabéns a todos os representantes da categoria. Tenho certeza de que a festa será um sucesso, como todas as lutas foram.

Andréa Monteiro de Andrade Tejo

Voluntários

Fiquei muito impressionado com a história do casal Romilda e José Eurípedes, duas pessoas com coração grande, que doam seu tempo e seu conhecimento ao próximo. Parabéns! Vocês são um grande exemplo!

Marcus Vinícius Soares – TJDF

PARTICIPE!
Envie seus comentários ou sugestões de pauta para cartas@sindjusdf.org.br



CAPA: FOTO DE ARTHUR MONTEIRO

Revista do Sindjus

Coordenação editorial

TT Catalão - Reg. Prof. 685-DF

Edição

Usha Velasco

Reportagem e redação

Daniel Campos

Eunice Pinheiro

Fabiola Góis

Thais Assunção

Revisão

Patcha Comunicação

Projeto gráfico e arte

Usha Velasco

Tiragem

12.000 exemplares

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF

SDS, Ed. Venâncio V, Bl. R, s. 108 a 114

CEP 70393-900 - Brasília-DF

PABX (61) 3212-2613

www.sindjusdf.org.br

Coordenadores-gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato

Berilo José Leão Neto

Roberto Policarpo Fagundes

Coordenadores de Administração e Finanças

Cledo de Oliveira Vieira

Jailton Manguiera Assis

Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque

Newton José Cunha Brum

Coordenação de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa

Antônio José Oliveira Silva

Eliane do Socorro Alves da Silva

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca

Maria Angélica Portela

Valdir Nunes Ferreira

Analfabetismo: uma violação dos direitos humanos

Atendendo a convite do senador Cristovam Buarque, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, participei no dia 7 de maio de audiência pública na Comissão para debater o tema indicado no título deste artigo.

Estiveram também presentes à reunião o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, André Lázaro, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Agesandro Pereira, e o professor Erasto Fortes Mendonça, coordenador-geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

As intervenções convergiram para uma resposta afirmativa sobre ser o analfabetismo uma violação aos direitos humanos. Para o secretário de Alfabetização, apoiado em indicadores que sinalizam a concretização de políticas públicas voltadas para metas de redução do problema, “o analfabetismo no Brasil, especialmente no Nordeste, é uma cicatriz das oligarquias cujas práticas se caracterizam por contrariar os direitos humanos”.

O professor Erasto Fortes chamou a atenção para o fato de que desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passando pela Constituição de 1988 e pelo Plano Nacional de Educação, a cidadania se orienta para assumir a dimensão ética da rejeição ao analfabetismo, com diretrizes que apontam para a sua erradicação e não apenas para compromissos de redução, o que acaba proporcionando um certo conformismo diante da tremenda exclusão a que remete o contingente atual de 14 milhões de analfabetos em nosso país.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB destacou o déficit democrático com impacto na concretização dos direitos fundamentais que o analfabetismo provoca nas relações entre o Estado e o cidadão. Na mesma linha, a opinião do senador Buarque, que desde o tempo em que foi ministro da Educação defende metas de erradicação completa do analfabetismo. Para ele, a falta de acesso à leitura equivale à carência de ou-

tros direitos fundamentais, e esse acesso é uma pré-condição para o exercício da liberdade e da dignidade da pessoa humana.

Esta foi, também, a minha linha de argumentação. Lembrei, com base em Amartya Sen, o economista prêmio Nobel formulador do IDH, índice de medição de desenvolvimento humano, o quanto carências sociais como pobreza, fome e analfabetismo alienam o humano do sujeito e contribuem para naturalizar incapacidades que hierarquizam de modo excludente indivíduos, grupos e classes sociais.

Salientei, na esteira do pensamento filosófico de Aristóteles a Hegel, que a condição humana não é uma decorrência da origem biológica. Para Aristóteles, o homem é um “animal político” assim realizado na *polis*, tanto que o escravo excluído de participação na *polis* era por ele definido como “ferramenta que fala”. Para Hegel, não se nasce homem porque o homem se realiza na História.

Retomando o autor indiano, fiz alusão ao seu livro *Desenvolvimento como Liberdade* (Editora Companhia das Letras) para recuperar a noção de liberdade como padrão crítico que permite avaliar os modelos de desenvolvimento humano e para desvendar os fundamentos de justiça que lhes dão sentido. Para Sen, “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade (...); a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico”.

Assim, a plenitude da condição humana se insere no protagonismo histórico de afirmação contínua de sua subjetividade na luta por justiça e por direitos, entre eles o direito à educação. Este, afinal, é o mandato outorgado pela Constituição que inscreve no capítulo dos direitos e liberdades esse horizonte emancipatório, abrindo o elenco de direitos para além daqueles já inscritos, outros que derivem do regime que ela adota (a democracia) ou dos princípios que a orientam (direitos humanos).

ARTHUR MONTEIRO



José Geraldo de Souza Júnior
Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

“A plenitude da condição humana se insere no protagonismo histórico de afirmação contínua de sua subjetividade na luta por justiça e por direitos, entre eles o direito à educação.”

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Dão Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)



19 anos de luta,

Carlos Tavares

Em uma pequena sala do TJDF, um tímido grupo de servidores se reunia de vez em quando para discutir problemas da categoria. O ano era 1987. Governo Sarney, inflação acelerada, o país em busca de um rumo como nau à deriva. E ali, naquela sala, germinava, aos poucos, a ideia de fundar um sindicato que agregasse todas as associações internas de tribunais. Que significasse luta, esperança, dignidade profissional, sonhos e vitórias.

Três anos mais tarde, José Pereira de Oliveira, um jovem servidor de 29 anos, lotado no TRT, grafava seu nome na lista de filiados do Sindjus, exatamente no dia 25 de maio de 1990. Data histórica para a categoria, que celebra este mês os 19 anos do primeiro sindicato unificado do país – congrega servidores do Judiciário e do Ministério Público.

“Fui o segundo a me filiar”, recorda Oliveira, com orgulho. “Particpei da primeira diretoria. Era um tempo difícil, os salários estavam muito baixos e a nossa principal bandeira era o Plano de Cargos e Salários”, relata. José Pereira de Oliveira, atualmente aposentado, não disfarça a honra de ter organizado as

primeiras lutas em defesa da categoria.

“Fizemos a primeira manifestação na frente do STF por causa do Plano de Cargos”, conta Oliveira, e acrescenta que o Sindjus foi e está sendo “muito bom” para os servidores. “Há muito a fazer, é claro; essa é a história de qualquer sindicato que honra seus compromissos e defende o trabalhador” O PCS ao qual se refere José é o primeiro, de 1996, e ainda paira na memória do servidor como um sinal de força e da consolidação de um papel exercido pelo Sindjus há 19 anos, com maturidade e confiança em seus objetivos.

Brasília e o Brasil estavam, no começo dos anos 1990, em busca da identidade perdida em tempos sombrios. Tentavam se livrar do trauma de mais de duas décadas de ditadura. O Sindjus – e outras entidades reunidas em torno de uma CUT ainda jovem, com apenas sete anos – representava também esse desejo de renovação e de um tempo sem mordanças.

Mas tudo ainda era muito incipiente. Ardia o sonho das mudanças, do novo, do trabalho em formação; mal estava definida uma Constituição que traduzisse o clima de democracia que o país transpirava. Neste cenário de esperança e liberdade, suor e conquistas que mais tar-

de seriam alcançadas, consolidava-se a idéia de um sindicato forte, atuante, que intermediasse questões do servidor com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Um sindicato que fosse fundado em sintonia com os princípios elementares de direito individual e coletivo ao trabalho e a uma vida melhor, mesmo que fosse de grão em grão no deserto das aspirações adormecidas durante 21 anos de regime de exceção.

O atual coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, respirou esse clima de luta e busca e contribuiu desde os primórdios para essa entidade consolidada, que muito rapidamente passou de pouco mais de mil filiados, em 1990, para quase onze mil, em 2009.

Servidor do TRT, em 2001 Policarpo já participava pela segunda vez da diretoria do Sindjus. Liderança experiente, destacou-se na luta contra a extinção da Justiça do Trabalho, brigou pelo Plano de Carreira do MPU e exerceu papel fundamental na articulação do Sindjus com as administrações dos tribunais e os interlocutores dos Três Poderes.

“O sindicato representa toda essa luta por conquistas que começam a ser plantadas lá atrás, mas que, em geral, somente alguns anos depois podem ser concreti-



FOTOS: ARQUIVO SINDJUS

esperança e conquistas

zadas, como ocorreu com o primeiro plano de cargos e salários de 1996, depois o de 1999, e assim por diante”, analisa o sindicalista. “Essa é a razão de ser de um sindicato: nunca desistir de seus objetivos”, conclui Policarpo.

O sonho continua

Quantas passeatas, apitaços, marchas e mobilizações ganharam o asfalto e os canteiros de Brasília, sobretudo nos anos seguintes à Constituição de 1988? Quantas vezes estão impregnadas no concreto dos monumentos da cidade desenhada ou no azul do céu do cerrado que a todos cobre? Impossível calcular.

Contudo, essa atmosfera de sonhos e lutas pode ser facilmente absorvida em Brasília. Ainda hoje. Por exemplo, tanto na atual dinâmica de discussões sobre o novo Plano de Cargos e Salários, quanto na memória acesa de Adelson Vieira Torres, 46 anos, o quarto nome inscrito na primeira lista de filiados do Sindjus.

“Eu me filiei no dia 2 de junho de 1990. Mas o primeiro plano de carreira foi o mais importante para nós, que praticamente fundamos o sindicato. Foi um marco, uma luta inesquecível. Diante do arrocho salarial, lutamos e por fim, seis

anos depois, conseguimos vencer e a situação melhorou”, vibra Adelson, que destaca também o poder de mobilização do Sindjus, já naquele tempo.

“A chegada do sindicato foi muito importante para nós. Agradeço muito ao Sindjus, tanto pela assistência jurídica que me deu durante esses anos todos, como porque, simplesmente, ele existe”, reconhece o servidor do TRF. Sim, Adelson tem razão.

Muito suor foi derramado pelos trabalhadores do Judiciário e do MPU na luta por seus direitos, na luta pela democratização da Justiça, reajuste salarial, melhores condições de trabalho, fim do nepotismo, mais acesso à Justiça, desenvolvimento na carreira, adicional de qualificação, concurso público, reconhecimento, valorização, auxílio-creche, auxílio-alimentação, redução da jornada.

A verdade é que Brasília e Sindjus são duas obras acabadas e inacabadas a um só tempo. Ambas se inventam e reinventam a cada instante. Constroem caminhos e conjunturas. Brasília foi criada para ser eternamente jovem, em contraposição à velha República. O Sindjus nasceu para renascer. A cada batalha ele se renova, se aprimora, se adapta ao novo e a uma nova era de lutas.

NOSSAS CONQUISTAS

- Tabela II
- 28%
- PCS do Judiciário em 1996
- PCS do MPU em 1999
- 11,98% em 2000
- PCS do Judiciário e do MPU em 2002
- Reajuste da GAJ em 2004
- PCS do Judiciário e do MPU em 2006
- Adicional de Qualificação
- GAS
- GAE
- Reajuste do auxílio-creche
- Reajuste do auxílio-alimentação
- Pagamento dos quintos
- Juros dos 11,98%

NOSSAS LUTAS

- Construção e aprovação do PCCR
- Jornada de trabalho justa e produtiva
- Política salarial que recomponha anualmente as perdas
- Valorização profissional dos servidores
- Políticas de saúde e de qualidade de vida
- Política cultural de formação profissional
- Contra o nepotismo
- Contra a terceirização
- Democratização do Judiciário e do MPU
- Justiça social

Círculo vicioso

Brasileiros reclamam da corrupção nos Três Poderes, mas são tolerantes em muitas atitudes do dia a dia

Usha Velasco

Desmandos administrativos, mau uso da coisa pública, tráfico de interesses, favorecimentos ilegais, desvio de verbas, corrupção em todas as suas formas. O Brasil sofre historicamente com a falta de ética de políticos e administradores públicos, nas várias esferas e níveis de governo. E os brasileiros, historicamente, ficam indignados com isso.

O processo de redemocratização do país, depois de duas décadas de regime militar, não resolveu o problema. Tampouco a liberdade de imprensa e o consequente aumento do número de denúncias de escândalos, ou a Constituição de 1988, batizada de Constituição Cidadã – bonita no papel mas frequentemente ignorada na prática.

Os governos se sucedem e a sombra da corrupção persiste, minando forças e contaminando os atores políticos e sociais, num círculo vicioso sem fim. O primeiro presidente eleito pelo povo usou, como principal plataforma de sua campanha, o combate à corrupção, mas deu no que deu – escândalos e impeachment. Seus sucessores não foram mais eficazes que ele em cumprir as onipresentes promessas de moralização.

O atual governo assumiu sob um certo temor de desestabilização da economia e uma certa esperança de

ética na política. Curiosamente, aconteceu o contrário: o cenário foi de crescimento econômico e nada mudou na interminável sucessão de escândalos.

O Congresso Nacional não foge a esse histórico. Pelo contrário; sob fogo cerrado da mídia, personifica hoje a falta de ética que tanta indignação provoca nos brasileiros. O Conselho de Ética da Câmara, órgão responsável por julgar colegas que quebram o decoro, também não foge à regra. Conforme denunciado nos jornais, boa parte dos integrantes responde a processos no Supremo Tribunal Federal, além de ter apresentado projetos de lei que beneficiam os financiadores de suas campanhas políticas.

Nesse cenário desalentador, o brasileiro se vê sem saída. Pior: vê-se enredado no círculo vicioso de corrupção e tolerância que ele mesmo critica. É o que aponta o consultor legislativo Alessandro Galvão, 45 anos, ao afirmar que as pequenas ações anti-éticas são ao mesmo tempo uma consequência e um reforço da desonestidade em escala maior. “Tirar xerox no trabalho ou levar papéis em branco para casa é corrupção. A pessoa que faz isso também está desviando dinheiro público, só que no limite dos seus poderes”, analisa.

O funcionário do Banco do Brasil Almir Israel, 49 anos, concorda: “As pessoas têm dificuldade de ver que um



ARTHUR MONTEIRO

COLETIVIDADE

“As pessoas têm dificuldade de ver que um gesto pequeno em favor próprio e em detrimento da coletividade é corrupção. Furar fila, por exemplo, é anti-ético, antissocial.”

Almir Israel, funcionário do Banco do Brasil

gesto pequeno em favor próprio e em detrimento da coletividade é corrupção. Furar fila, por exemplo, é antiético, antissocial.”



A difícil convivência em sociedade

“Se você não exercita o pensamento ético e não exerce a ética no dia a dia, como pode exigir que os outros sejam honestos? E a sua contrapartida, e a sua colaboração? Não podemos seguir a linha do faça o que eu digo mas não faça o que eu faço”, alega Almir Israel.

Ele acredita que o comportamento diário de cada um, nas situações mais prosaicas, pode ajudar a melhorar – ou a piorar – nossa noção de coletividade

e, consequentemente, a cidade e o país onde vivemos. “Quando eu vejo uma pessoa jogar lixo no chão, ou passar de carro e atirar uma lata de cerveja pela janela, dá vontade de gritar que a rua suja e o bueiro entupido não são só meus, são dele também”, relata.

Na opinião de Almir, “desrespeitar o cidadão que está ao seu lado é uma atitude que generaliza o pensamento mais anti-cidadão de todos: se todo mundo faz, porque eu não posso fazer

também?” Alessandro Galvão concorda: “Há uma banalização muito grande da ética. Todo mundo estaciona em local proibido, então quem chega se sente confortável para estacionar também. É assim que nós vamos nos tornando cada vez mais tolerantes com o desrespeito às regras”, argumenta. “Temos que entender por que existem normas. Não é para atazanar as pessoas. É para viabilizar a nossa convivência em sociedade”, acrescenta Alessandro.



Mudanças possíveis

Para o consultor legislativo Alessandro Galvão, a tolerância em relação aos pequenos deslizes éticos do dia a dia – a corrupção em pequena escala – reforça e até estimula a tolerância à corrupção em grande escala, aquela que todos os brasileiros afirmam condenar. “Um médico que cobra mais barato quando não dá recibo ao paciente está sonogando imposto; portanto, ele se equipara ao político que mete a mão no dinheiro público”, compara ele.

“Sonegar imposto é como não pagar o condomínio do prédio onde você

mora. Quem sonega imposto deixa que os outros paguem a sua parte, ou seja, ao mesmo tempo se aproveita da coletividade e a prejudica”, afirma Alessandro. O caso dos impostos, porém, é uma via de mão dupla: “O governo cobra taxas altas porque muita gente sonega, ou seja, os justos pagam pelos sonegadores.”

Almir Israel acredita que o brasileiro acha “feio” pagar impostos porque tem certeza de que o governo vai cuidar mal do dinheiro. “A cultura da sonegação é muito grande. Para mudar isso é preciso passar muito tempo.

Se todo mundo pagar, o imposto cai. Isso seria bom para todos. Mas primeiro temos que confiar nos nossos governantes”, afirma.

“Fico muito desanimado ao ver tradições antiéticas entranhadas no nosso dia-a-dia”, conta Almir. “Gente que estaciona em vagas para deficiente, que dá calote em amigos, que não assina a carteira da empregada doméstica, que coloca o som do carro do último volume”, enumera ele. “Eu me pergunto se um dia meus netos vão viver num país mais justo. Prefiro acreditar que sim.”

Alessandro Galvão também acredita que as coisas podem mudar: “Acho possível haver uma mudança



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

BOM EXEMPLO

“Acho possível mudanças rápidas em direção a um comportamento melhor. Um exemplo foram as faixas para pedestres. Muita gente disse que essa lei nunca iria pegar, mas pegou.”

Alessandro Galvão,
consultor legislativo

cultural rápida, em direção a um comportamento melhor. Um exemplo disso aconteceu aqui mesmo em Brasília, com as faixas de segurança para pedestres. Muita gente disse que essa lei nunca iria pegar, mas pegou.”

Almir Israel também cita o respeito às faixas como um exemplo de mudança, mas faz ressalvas: “É preciso haver um reforço para manter o que já foi conquistado. Os motoristas estão gradualmente começando a desrespeitar, arrancando antes que o pedestre chegue à calçada. Daqui a pouco vão passar raspando na pessoa. Assim não dá. O pedestre tem que se sentir tranquilo até chegar ao outro lado da rua”, defende.

O medo da punição

Alessandro Galvão acredita que uma boa maneira de começar a batalhar por mais ética seria a punição para quem erra: “Será que o brasileiro é desonesto? Ou, em outros países, as leis são respeitadas simplesmente porque há punições duras?”

Para Almir, “nós disfarçamos a corrupção de jeitinho brasileiro, de espereteza, de malandragem. O povo brasileiro é um povo corrupto.”

A jornalista Laure Marie Schalchli, porém, discorda dessa visão. Ela é francesa e vive há 14 anos no Brasil. “Não acho que os brasileiros sejam mais corruptos que os franceses. A diferença é que na França a lei é mais dura. As pessoas não são mais éticas, apenas têm mais medo de serem punidas”, compara.

“Em relação a impostos, por exemplo, não acho que os franceses paguem direitinho porque se preocupam com o bem-estar da coletividade. Acho que eles simplesmente pesam o que é melhor para eles e concluem que a sonegação não vale a pena, diante do perigo de serem pegos”, continua ela.

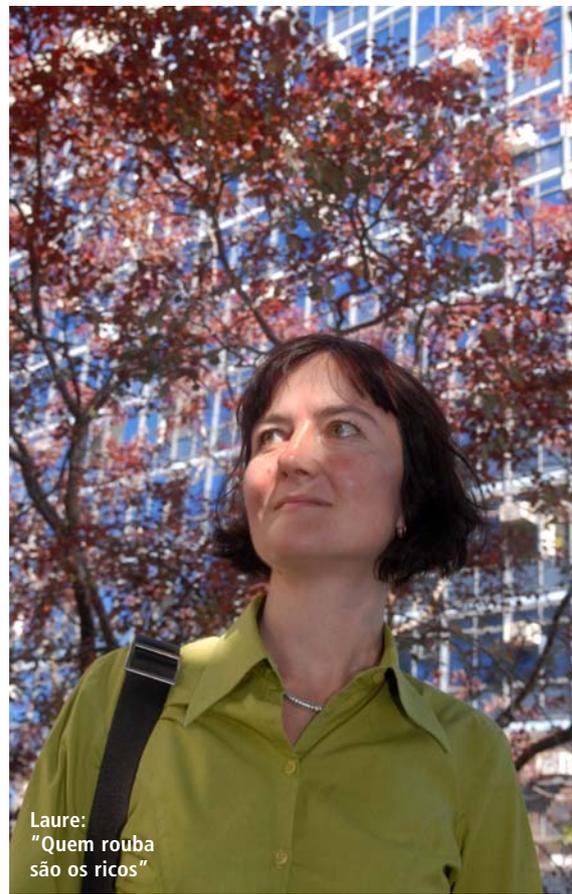
Para Laure, não existe um povo mais ou menos ético que outro. “Acho que existem diferenças sociais e culturais, que vão se formando ao longo do tempo. Mas não acredito que o homem tenha uma natureza ética; a ética é inculcada com a educação e com a lei. A ética é uma invenção humana, não é natural. Por isso, demanda uma luta permanente para se conservar”, analisa.

As diferenças sociais e culturais, porém, são marcantes para essa francesa de 42 anos, que foi casada com um brasileiro, com quem teve dois filhos (Juliette, de 12 anos, e Luno, de 8). “Na França, é muito forte o respeito à palavra dada. Se você prometeu, tem que honrar os compromissos. Aqui isso é bastante relativo. As pessoas não ligam muito para os horários, por exemplo. Eu acabei me acostumando. Quando fui à França da última vez, marquei um compromisso para daí a vários dias e liguei três vezes para confirmar. As pessoas acharam que eu estava maluca, não era necessário confirmar,

estava combinado”, ri a jornalista.

Ela aponta, porém, algumas diferenças surpreendentes entre posturas éticas nos dois países: “Na França é bastante comum as pessoas cometerem pequenos furtos, como comer no supermercado e não pagar, ou roubar o cobertor do avião. Falar sobre isso, lá, é bastante tranquilo. Aqui eu quase não vejo esse tipo de comportamento, as pessoas furtam muito menos.”

Laure considera que isso seja fruto de um mecanismo de controle social.



Laure:
“Quem rouba
são os ricos”

“Existe uma diferença muito grande entre ricos e pobres, e é claro que interessa aos ricos controlar os furtos. Eu fico impressionada que, num país tão pobre, as pessoas não roubem muito mais! Não sei se é por tradição, por educação ou por medo de ir para a cadeia, mas o fato é que, aqui no Brasil, quem rouba são os ricos; os pobres, na grande maioria, são honestos”, acredita ela.

Dois pesos, duas medidas

“É nos momentos difíceis que a gente vê a ética”, continua Laure. “Por enfrentar mais dificuldades, acho que as pessoas de renda mais baixa tendem a ser mais honestas e mais solidárias que entre as classes média e alta. Na classe média brasileira, com quem eu convivo mais, acho que as pessoas são muito individualistas, muito mais que os franceses”, compara.

O consultor legislativo Alessandro Galvão também considera que as diferenças sociais acabaram estabelecendo “dois pesos e duas medidas” em nossos parâmetros éticos. “Prisão especial para quem tem curso superior significa prisão especial para a classe média e os ricos”, analisa ele.

“Outro exemplo disso foi um caso que presenciei numa quadra ‘nobre’ da Asa Norte, onde morei por alguns anos. A prefeita da quadra não queria, de forma alguma, que ali fosse construída uma escola pública. O projeto do Plano Piloto prevê a escola, mas muitos moradores eram contra. Diziam que isso desvalorizaria os apartamentos. Acho que eles não queriam bagunça,

barulho, confusão; em sua visão preconceituosa, as crianças de baixa renda, que usariam a escola pública, eram sinônimo de confusão. Os moradores da quadra não precisavam daquilo, porque todos mandavam os filhos a colégios particulares”, conta Alessandro.

Laure concorda: “No Brasil existem vários universos sociais e várias educações. É como se as pessoas fizessem parte de mundos diferentes, cada um com suas regras próprias e com sua escala de valores.”

Ela conta que, recentemente, viu de perto um conflito ético relacionado a esse tipo de diferença social. “Tenho uma empregada doméstica três dias por semana. Ela está precisando de dinheiro e se ofereceu para vir mais um dia. Para mim seria bom, ela faria companhia às crianças. Mas eu não sabia quanto pagar a mais por esse dia, e ela me disse que ‘qualquer coisa’ que eu desse estava bem. Fiquei impressionada com essa postura. Parece que há uma liberdade para explorar as pessoas. Apesar de haver leis trabalhistas muito fortes no Brasil, as pessoas hu-



Almir, com a esposa Fátima e as filhas Maria Clara e Mariana: valores em debate

Alessandro: diferenças sociais acabam pesando na balança



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

mildes não conhecem os seus direitos e não os defendem”, relata Laure.

Ela também viveu um dilema ético em Brasília. Um amigo tentou convencê-la a comprar um lote num condomínio, como investimento e alternativa de moradia no futuro. Só que o condomínio era irregular. “Todo mundo estava comprando, mas isso não tornava a coisa certa”, avalia. “Não acho correto especular com terras, comprar para esperar valorizar. Além disso, é anti ecológico. Como as pessoas podem dizer que são ecologistas, que amam a natureza e querem preservar o cerrado, mas ao mesmo tempo concordam em morar num condomínio que invadiu o cerrado?”



Educar os filhos faz parte da solução

Como contribuir para um ambiente mais civilizado, onde a coletividade não seja relegada a segundo plano diante dos interesses individuais? Para o bancário Almir Israel, casado e pai de duas adolescentes (Maria Clara, 16 anos, e Mariana, 14), a chave são as pequenas atitudes, e o caminho mais seguro para modificá-las é a educação. "Educação tem tudo a ver com exemplo", afirma ele. "A gente ensina mais com o nosso comportamento que com o nosso discurso."

Criado numa pequena cidade mineira, ele valoriza as lições aprendidas com a família e procura repassá-las às filhas. "Sempre procurei me pautar pelo respeito aos outros e pela aceitação das di-

ferenças", conta. "Aprendi isso com a minha mãe, que nunca admitiu discriminação nenhuma. Ela ficava danada com as crianças que perseguiam o bêbado da cidade, por exemplo. Nunca deixou que fizéssemos isso."

Almir conta que os valores éticos estão em constante debate em sua casa. "Outro dia eu e minhas filhas vimos na TV a notícia de uma mãe que acorrentou o filho adolescente em casa, porque ele fumava crack. Isso rendeu uma discussão enorme: até que ponto a mãe tinha o direito de prender o filho para livrá-lo do vício? Foi uma discussão acirrada, tivemos que analisar vários lados da questão", relata o pai.

Ele afirma que as meninas, desde

pequenas, prestam muita atenção ao comportamento das pessoas e comentam tudo. "Elas criticam a falta de educação no trânsito, por exemplo", lembra. "E também me políam. Uma vez comprei um DVD pirata e a Mariana me deu a maior bronca", ri Almir.

Ele também conta que a filha Maria Clara (que tem síndrome de Down) comentou que na escola há um menino "muito sem educação", que zombou de uma colega chamando-a de pobre: "Isso está errado, pai, isso não pode ser assim", indignou-se a menina.

"Eu digo às minhas filhas que o mundo te trata conforme você trata o mundo. Elas acreditam nisso. Acho que é um bom começo", completa ele.



Marinheiros
rebelados:
"Uma armada
de cidadãos e
não uma
fazenda de
escravos que só
têm dos seus
senhores o
direito de serem
chicoteados"

TT CATALÃO

ABOLIÇÃO DAS CHIBATAS

Mesmo que o 13 de maio não seja o ponto fundamental do "fim da escravidão", a data marca a longa luta por respeito, dignidade e justiça: caminhos institucionais, legislativos, avanços na malha social, reconhecimento de afirmação cultural. Temos Palmares, com Zumbi, e o testemunho do marinheiro João Cândido, na chamada Revolta da Chibata.

Podemos retomar a odisséia de João Cândido com o relançamento de *A Revolta da Chibata*

A rebelião na Marinha aconteceu entre 22 e 27 de novembro de 1910 e envolveu 2.300 marinheiros, que ocuparam os modernos encouraçados São Paulo e Minas Geraes, mais as embarcações Bahia e Deodoro. Bombardearam, como aviso, a cidade; caso não fossem atendidos em doze horas, "destruiriam a Pátria" com mais de sessenta canhões – 24 deles os de maior calibre existente. Mataram em conflito cinco oficiais superiores.

raís, e eu tive o sobejo poder de dominá-lo" declarou João). Tal destreza da marujada, segundo jornais de época, foi demonstrada nas belíssimas e graciosas manobras no dia da Revolta, sem nenhum oficial a bordo e com bandeiras vermelhas desafiando o vento.

Uma nova revolta em 9 de dezembro encontrou o grupo de novembro totalmente desarticulado e só deu motivos para o esmagamento do que escanara na "anistia". João Cândido foi

do com o relacionamento de A Revolta de Chibata, de Mário Morel. Enriquece esse lançamento o anexo com a íntegra das memórias de João. O relato aconteceu no Hospital Nacional dos Aliados, quando internaram o líder para desqualificar a veracidade de seus depoimentos, ao atentar contra sua lucidez. Foi publicado na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, em doze capítulos, de dezembro de 1912 a janeiro de 1913. O livro sofreu a mesma linha das turbulências e despotismo que atormentaram João Cândido: lançado em 1959, teve Morel cassado e perseguido em 1964, saiu de circulação e voltou em 1979.

“Há muito tempo nas águas da Guanabara...” Assim se inicia a letra de Aldir Blanc em *O Mestre Sala dos Mares*. Censurada por citar o protagonismo do negro na década de 70, a música atualizou a passagem histórica pelo lado do “almirante negro” e reacendeu velhas cicatrizes da hierarquia militar, que não admite o que chama de “mitologia do crime”. Tentaram despir, no episódio, a liderança de João, a afronta de “ser negro sem estudo” e tudo o que significava essa ousadia do popular sobre a elite; sem falar no risco do seu rastilho de indignação atear fogo no paiol de uma revolta maior.

Havia o exemplo do Encouraçado Potenkim russo, em 1905 (apenas um navio e 500 marujos), estopim simbólico da Revolução de 1917. Talvez por isso a anistia aos rebeldes dada pelo presidente Hermes da Fonseca tenha virado uma farsa, com repressão impiedosa, fuzilamentos, degredo, milhares de expulsões da tropa e humilhação civil dos “anistiados”. A pressão veio da imprensa e até de grupos internacionais, que temiam a fogueira incendiária no meio da cotidiana miséria do povo.

Como todo episódio histórico é sempre mais complexo que a sua generalização quando precisamos de uma narrativa que agrade a um grupo e desminta outro, a raiz da revolta ficou nos castigos corporais exemplificados nas chibatadas. Havia luta por melhores condições de trabalho, mas a chibata era o ato vil mais brutal, que remetia ainda ao pelourinho, pois entre os 80% da corporação que pegavam no pesado, alguns tinham sido escravos ou eram filhos de escravos. Enfatizavam isso na cartulimato enviada ao Presidente: queriam “uma Armada de cidadãos e não uma fazenda de escravos que só têm dos seus senhores o direito de serem chicoteados”.

A Marinha era a terceira maior potência naval do mundo. Em 1910, o Brasil tinha 24 embarcações, entre encouraçados, cruzadores, couraçados e destróieres. O tempo de serviço obrigatório era de nove e quinze anos. Havia ainda os baixos salários e as violências sexuais. Os métodos escusos de disciplina vinham do recrutamento, que exigia um perfil de marinheiro duro; a Marinha seria uma casa corretiva para botar a galera nos eixos.

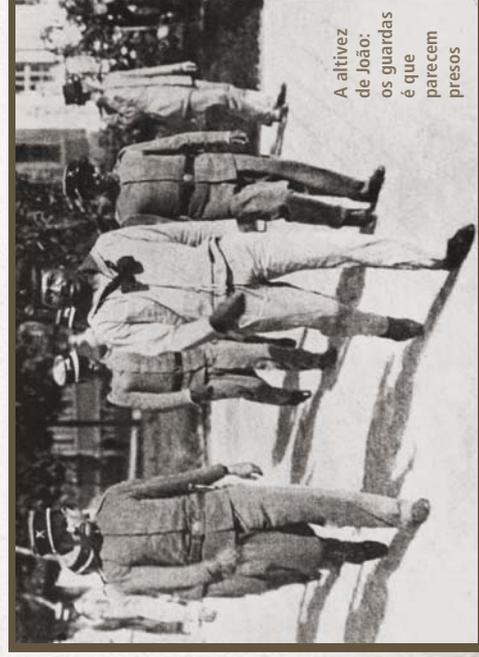
Despertavam ciúmes (“muitos oficiais da Marinha não conseguiram comandar o Minas Ge-

o que escapara na anistia. João Cândido foi mandado para a prisão da Ilha das Cobras para viver o terror do dia 24 de dezembro, quando ele e mais 17 marinheiros foram asfixiados numa prisão subterrânea com cal. Só escaparam do martírio João Cândido e João Avelino Lira, marujo apelidado de Pau da Lira.

Sobre a chibata, Edmar Morel registra: “O bandido (carrasco) apanhava uma corda mediana, de linho, atravessava-a com pequenas agulhas de aço, das mais resistentes e, para inchar a corda, punha-a de molho com o fim de aparecer apenas as pontas das agulhas. (...) E, então, Alípio, o mestre do trágico cerimoniais, começava a aplicar os golpes. O sangue escorria. O paciente gemia, suplicava, mas o facínora prosseguia carnicemente o seu mister degradante.”

Nos últimos anos, deletado dos arquivos oficiais, excluído em seus direitos mais elementares (até mesmo como idoso e doente), João Cândido sobrevivia como peixeiro na Praça XV. Morava em São João do Meriti, Baixada Fluminense, e morreu em 1969, de câncer.

Em 2008 o presidente Lula sancionou, com veto ao pagamento de indenizações aos descendentes dos marinheiros, a Lei 11.756, que reconhece e restaura os direitos de anistia concedidos a João Cândido e aos seus companheiros em 1910. O veto, no entanto, não impede os descendentes de entrarem na Justiça para pedir as compensações. A chibata até hoje açoita e exige novas etapas de uma abolição maior em que não seja só a pele o apelo para a justiça, mas o valor da dignidade humana que deve resistir ao arbítrio sempre.



A altivez de João: os guardas é que parecem presos

Ética: qual é a sua?

Diariamente a mídia denuncia casos de corrupção no governo, no Congresso, no Judiciário. Todos nós nos indignamos com isso. Todos queremos viver num país honesto, regido por normas éticas. Porém, no dia a dia, será que respeitamos essas mesmas normas? As pessoas à nossa volta são éticas ou o brasileiro é um povo corrupto? Como podemos contribuir para que a nossa sociedade se paute pela honestidade e pelo respeito ao próximo?

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Os valores estão muito deturpados; eles têm que ser trabalhados com as crianças, na escola e em casa. Tenho duas filhas e sempre mostro a elas o que é certo e errado. Acho que, assim, contribuo para uma sociedade melhor. Precisamos começar com pequenas atitudes para modificar a nossa cultura.

Rosângela da Cruz Silva,
técnica judiciária do TRF



Podemos comprovar a falta de ética na mídia. Todos os dias os jornais noticiam casos de corrupção. Para melhorar a nossa realidade, os valores deveriam ser mais trabalhados na educação básica. E nós, adultos, poderíamos cobrar atitudes éticas das autoridades, para que a sociedade siga o exemplo.

Francisco de Assis Jorge Lacerda, técnico adm. do TRF



Acho que se os brasileiros não tivessem ética esse país já teria acabado há muito tempo. Quem não tem valores nem ética não consegue muita coisa. No ambiente de trabalho tem gente que tira o tapete do colega, mas não há necessidade disso. Não devemos passar por cima do outro. Tem lugar para todos.

Maria Aparecida Teles de Castro, técnica judiciária TRE



Aqui no Brasil a filosofia é levar vantagem em tudo. Acho que a conscientização deve ser feita nas escolas, e tem que envolver o país todo, para combater essa visão e reforçar os valores. Mostrar, por exemplo, que no transporte coletivo existem lugares para os idosos, que as filas devem ser respeitadas.

Luciano Aparecido Dorneles da Silva, técnico do MPDFT



Eu percebo no trânsito as pessoas querendo tirar vantagem em tudo. Os cidadãos brigam pelos seus direitos, mas não respeitam os direitos dos seus empregados, por exemplo. Todos temos que dar exemplo. Pais que tomam atitudes de “esperteza” passam aos filhos a ideia de que o esperto vale mais que o honesto.

Marília Guias Albuquerque,
analista judiciária do TRE



Tendo a concordar com a opinião geral de que muitos não têm ética. Acho que o principal é respeitar o próximo, a sociedade em geral. Hoje as pessoas são muito egoístas. A partir do momento em que perceberem que o convívio em sociedade exige abrir mão do egoísmo, vamos conviver com mais harmonia.

Juan Matsuoka Tomikawa,
analista do MPDFT



A ética é uma produção social. Estamos em um país que, infelizmente, tem um histórico de corrupção. Os valores não estão bem delineados. Acho que a educação é a base de tudo, temos que começar por ela, mas também temos que dar condições para a população comer e morar. Não podemos falar de ética para um pai que vê seus filhos com fome.

Marília Maciel Costa,
analista judiciária do TRF



A maioria dos políticos não tem a mesma visão ética do cidadão honesto. Acho que os bombeiros, servidores tanto do Executivo quanto do Judiciário, têm a ética mais aflorada. Os professores e os médicos também levam a ética a sério. Mas acho que todos devem colocar a mão na consciência e repensar suas atitudes.

José Reinaldo Machado,
ag. de segurança do TRE



Para algumas pessoas, ser desonesto é uma regra, mas acho que não podemos generalizar. Cada pessoa tem que começar a fazer sua parte no dia a dia. Devemos denunciar os casos de corrupção, de assédio, pedir licença, desejar bom dia. Devemos fazer a nossa parte e dar o exemplo, antes de cobrar.

Rosiete Mendes da Silva,
técnica adm. do MPDFT



Não devemos jogar todos na mesma vala. Existem pessoas dignas e éticas no Brasil. A cordialidade tem que começar dentro de casa. Um simples agradecimento faz uma grande diferença. Acho que, se todos fizerem a sua parte e varrerem a frente da sua casa com cuidado, a rua toda ficará bem cuidada.

Enio Gonçalves de Almeida,
chefe de segurança do TRE



Para termos mais igualdade devemos pensar na lei não no sentido genérico, mas em casos concretos de equidade e justiça. Se todo mundo pensasse assim, agiríamos com mais honestidade e mais ética. Mas é complicado, porque o egocentrismo fala mais alto. Quando as pessoas pararem de enxergar somente o seu lado, o mundo ficará muito melhor.

Jaqueline Duarte Pinheiro,
analista do MPDFT



A ética e a moral têm o mesmo trâmite: aonde você for, leva um pouco de cada uma, um pouco do que você aprendeu ao longo da vida. Acho que cada um tem que fazer sua parte, e os mais conscientes precisam repassar valores éticos para conscientizar o próximo. Todos devem dar exemplos positivos para que o país melhore.

Antônio José Alves da Costa,
técnico jud. do TRF

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Uma artista das águas

A escrita rápida e abreviada dos símbolos taquigráficos, a dicção austera e rígida dos acórdãos e o clima cartorial dos tribunais não possuem, à primeira vista, nenhum elo com a criação de fontes artesanais. Mas é nesse universo paralelo de leveza, luz e água que a taquígrafa e analista do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Márcia Miranda Moreira, instala-se para dar movimento ao seu pendor de artista das águas e à sua inclinação a interagir com tudo o que a cerca – a família, o verde, as lembranças, o privilégio de se harmonizar com a natureza.

Diante da sintonia da vida pessoal com o cotidiano de servidora pública que Márcia consegue tecer, pode-se dizer que a matéria dessa brasiliense de pais mineiros, que ajudaram a construir Brasília, é feita de pedra, esperança e criatividade. Há dez anos ela se divide entre o dia-a-dia árduo no TST (atualmente é responsável pela redação de acórdãos no gabinete de um ministro) e a confecção de peças artesanais que já foram parar em mansões, gabinetes dos altos escalões, embaixadas e hotéis de luxo.

Mas isso é apenas o resultado de um trabalho que exige suor, paciência e talento. “As fontes, para mim, representam o renascer do lado lúdico, a paz, a valorização da vida, tendo a água como símbolo maior de movimento. É um eterno retorno do equilíbrio do eu com o ambiente e a natureza, que é o sonho de quase todos”, observa Márcia em sua casa, em Sobradinho, onde mora com o marido e os quatro filhos.

Pequenos jardins, pedregulhos, ter-

ra, um veio ininterrupto de água que molha o espaço em que se reduz a peça (pode ser de fibra de vidro, madeira, cerâmica, bambu) onde tudo está sempre indo e voltando ao ponto de partida, com a força invisível de uma pequena bomba de aquário. Esses são os principais componentes das fontes que Márcia e o irmão, Jaime Miranda, produzem para expor em feiras e mostras na capital e em outras cidades.

“No começo virávamos a noite para dar conta do trabalho. Era uma necessidade prática, uma forma de ajudar pessoas da família com um acréscimo no orçamento, e acabou dando certo”, comemora a artesã, ao explicar como surgiu a ideia das fontes. Se for preciso se desdobrar em duas, dez ou mil para ajudar o próximo, isso resume a essência de Márcia, que é voluntária do Lar dos Velhinhos Bezerra de Menezes, em Sobradinho. “Mas essa força vem da minha mãe, ela é a fonte de tudo, criou sete filhos, imagine!”, emociona-se ao falar sobre dona Maria Iria Miranda, casada com seu José, pedreiro de profissão, pioneiro da fundação da nova capital e que, aos 80 anos, ainda está na ativa.

A palavra de ordem da família Miranda é união, altruísmo, força ou dedicação – qualquer dessas serve para expressar tudo que construíram. Hoje, dez anos após a primeira peça vendida, Jaime virou paisagista profissional e desenha de minúsculos a amplos espaços onde as fontes são inseridas. Márcia continua criando, mas cuida mais da administração desse grupo de artífices da natureza, que leva o sugestivo nome de Fonte Cósmica.

Índios resistem ao Noroeste

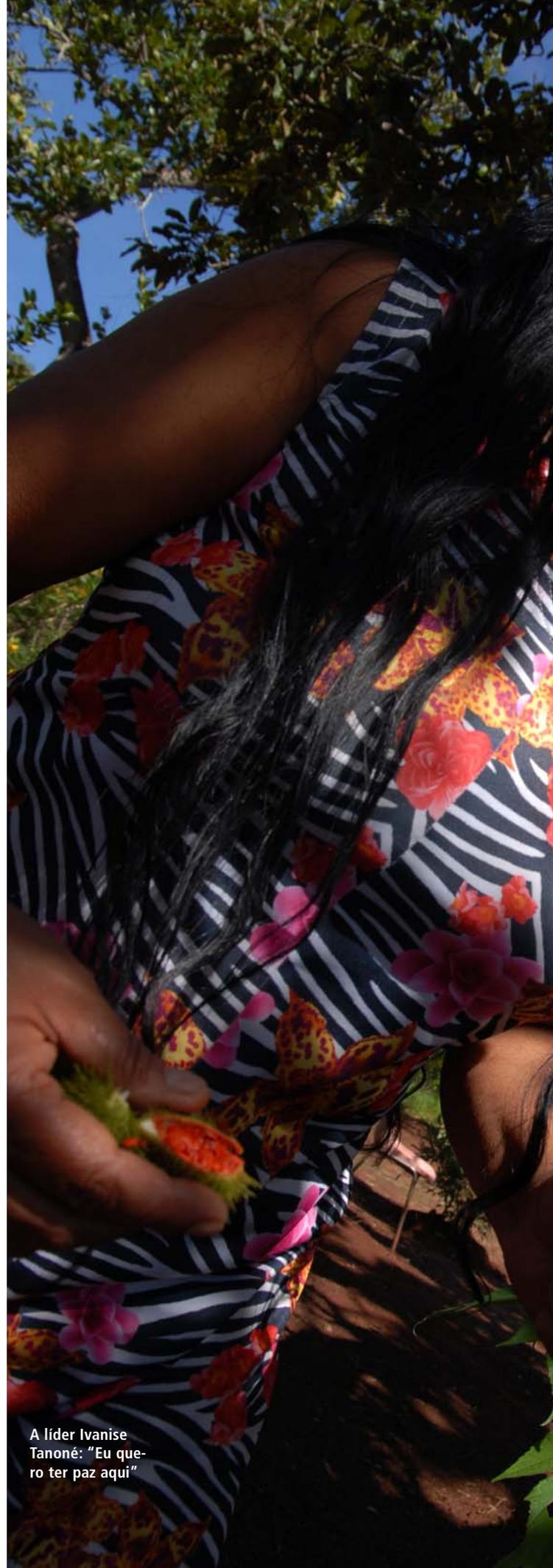
Grupo de 27 pessoas recusa-se a deixar o local. Terracap alega que não se trata de área indígena e Funai se omite

Fabiola Góis

A pajé Tanoné diz estar disposta até a morrer, mas garante que não vai deixar o terreno onde vive há 23 anos, a não ser que receba outra área no Plano Piloto onde possa plantar – ou, então, uma boa indenização do governo. A índia, que se chama Ivanise Pires Tanoné, plantou mandioca, feijão, milho e construiu casas em uma das áreas mais nobres de Brasília, onde será construído o Setor Noroeste, entre a Água Mineral e a Asa Norte. Tanoné é da tribo Kariri-Xocó, em Alagoas. Veio tratar da saúde na capital e não voltou à sua terra.

Ela e mais outras duas lideranças indígenas (os índios Touchá e Santié) tem tirado o sono das autoridades brasilienses. Ao todo, 27 índios brigam pela terra. No ano passado, Ivanise ingressou com uma ação judicial na Vara de Registros Públicos do DF alegando ser legítima posseira da Reserva Indígena Bananal, localizada na área remanescente de 2.300 hectares da antiga Fazenda Larga, denominada Bananal.

Ivanise também entrou com processo na 2ª Vara Federal de Brasília, já em fase de recurso, contra o Ibama-DF, para barrar a liberação de licença ambiental para a construção do Setor Noroeste. A índia ainda processou a juíza Gildete Silva Balieiro, da Vara de Registros Públicos do DF, que concedeu a licença do novo setor habitacional. Ivanise diz que não vai parar: “Eu quero ter paz aqui. Mas também não adianta se forem vender o Noroeste e ficarmos encurralados. O governo pelo menos precisa nos indenizar. Afinal, são anos e anos plantando e colhendo o que comemos”, alega.



A líder Ivanise Tanoné: “Eu quero ter paz aqui”



Imbróglio jurídico

A juíza Gildete Silva Balieiro, da Vara de Registros Públicos do DF, entendeu, em sentença proferida no dia 24 de novembro do ano passado, que ainda que os autores da ação “apontem serem proprietários/posseiros do imóvel, a cadeia dominial (...) aponta a inexistência de qualquer área remanescente que possa ser de propriedade particular, chegando-se à conclusão que a ocupação indígena existente no local incide sobre área pública, como, aliás, diversas ocupações desordenadas que se avultaram ao longo dos anos no Distrito Federal”. De acordo com a juíza, não se trata de um caso de desrespeito a uma porção de terra tradicionalmente ocupada por índios, mas de ocupação pelos índios de terras públicas, que “não se constitui em óbice ao registro do loteamento, até porque não consta dos autos qualquer decisão favorável ao pleito da primeira impugnante” (no caso, a pajé Tanoné). A índia recorreu da decisão da magistrada, mas ainda não há sentença definitiva.

O imbróglio jurídico envolvendo os índios e o governo do DF está longe de terminar. Na ação, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) afirma que a Fazenda Bananal, onde está localizado o Plano Piloto, foi loteada em dezembro de 1965. Afirma também que o Setor Habitacional Noroeste é uma complementação da cidade. Quanto à índia Tanoné, a Terracap sustenta que “ela não é uma das compradoras da área, razão pela qual não é parte legítima para a apresentação de qualquer reclamação”.

Na ação, a Terracap afirma que “a área não pode ser considerada como reserva indígena, não podendo proporcionar a realização de atividades relativas à caça, pesca, artesanato ou fornecer matéria-prima para a manutenção das culturas primitivas”. Segundo a companhia, o Distrito Federal é um dos territórios do país onde não foram encontrados grupos indígenas, e que sua presença no local decorre de migração ou auto-identificação – ou seja, trata-se de simples invasão de terras públicas.

A Terracap ofereceu aos índios quatro áreas: o Núcleo Rural Monjolo, no Recanto das Emas; um terreno em Sobradinho, próximo ao Parque Nacional; outro perto do Lago Oeste e um ao lado do Noroeste, a cerca de 300 metros da atual localização. Mas os índios ainda não disseram se aceitam ou não o acordo. O que dificulta o acordo é que há lideranças demais para poucos indígenas (no caso, três líderes).



Santié, outro líder do grupo indígena: resistência cultural

Funai permanece muda

A Fundação Nacional do Índio (Funai) não tem se manifestado sobre a polêmica. A reportagem do Sindjus procurou a assessoria do órgão, mas foi informada que não haveria nenhuma declaração. Extraoficialmente, a informação que se tem é que, por não ser reconhecida terra indígena, a Funai não poderia opinar.

Em janeiro passado houve a primeira licitação dos terrenos do Noroeste. Serão licitadas 63 projeções, sendo 52 lotes residenciais e 11 comerciais. A estimativa é que, em cinco anos, o novo bairro esteja consolidado, inclusive com toda a infraestrutura, que começará a ser implantada simultaneamente à construção dos prédios.

No dia 17 de março passado, o Ministério Público Federal expediu recomendação ao presidente da Fundação Nacional do Índio para que retomasse imediatamente os estudos técnicos relativos à apuração da ocupação tradicional daquela área por diferentes etnias indígenas, desde a década de 60. Para o MPF, os estudos são absolutamente necessários para definir precisamente o direito da comunidade em

permanecer ou não na área ocupada.

Segundo a procuradora da República Luciana Loureiro Oliveira, responsável pelo caso, a omissão da Funai é inaceitável. "Sequer responderam à recomendação ou justificaram a impossibilidade de atendê-la no prazo, como fez o Ibama", afirmou, em entrevista ao site do Ministério Público Federal (MPF). O MPF ameaça ingressar com ação de improbidade administrativa por omissão contra o presidente da Funai, e até mesmo com sanções penais, já que o descumprimento de requisição do Ministério Público constitui crime.

A procuradora também recomendou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) suspenda imediatamente os efeitos da licença prévia para construção do Setor Habitacional Noroeste, emitida em maio de 2007. O MPF sustenta que a Terracap não cumpriu a condicionante – imposta pelo próprio Ibama para o licenciamento da área – que exigia a solução da questão fundiária relativa à comunidade indígena do Bananal.

OIT condena remoção coativa

De acordo com a licença prévia emitida pelo Ibama, a Terracap deveria obter da Funai um posicionamento definitivo sobre a situação das famílias indígenas que ocupam parte da área, solucionando imediatamente o caso. Quase dois anos depois, entretanto, a Funai não apresentou uma definição técnica conclusiva acerca da característica de ocupação tradicional, ou não, da comunidade indígena do Bananal. Os estudos de identificação, delimitação e demarcação da terra indígena, iniciados em 2003, não foram adiante, embora conste, no processo do órgão, relatório antropológico afirmando que o grupo indígena "pode ser considerado um símbolo de resistência cultural". A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, por exemplo, afirma que não se pode permitir a remoção coativa dos povos indígenas de suas terras, salvo em casos excepcionais, como catástrofe ou risco à soberania nacional.



Setor Noroeste: 20 quadras residenciais e 24 entrequadras comerciais, numa área que promete se tornar a mais cara do DF

Brasília é um museu a céu aberto. Poucas cidades no mundo têm esse privilégio. Nos gramados, nas fachadas, no interior e no exterior dos prédios estão expostos trabalhos dos maiores artistas modernos do país.

São tantos que, muitas vezes, estão ao nosso lado e nem notamos. Nesta edição trazemos uma seleção de registros da arte de rua brasiliense, feitos nos últimos doze meses.

No meio da rua

Alguns grafiteiros gostam de dizer que sua arte nasceu na pré-história, com as pinturas gravadas nas cavernas. Outros apontam essa origem nos movimentos estudantis que explodiram em 1968 pelo mundo afora e encheram os muros das grandes cidades com palavras de ordem e frases libertárias. O fato é que, nos anos setenta, a arte de rua começou a se popularizar, primeiro em Nova Iorque e logo em seguida em outras grandes cidades, inclusive no Brasil e na recém-nascida Brasília.

É importante distinguir grafite de pichação. Grafiteiros fazem arte nas pare-

des, pichadores apenas escrevem seus nomes; pela lei, quem picha é considerado vândalo. Em Brasília, as duas tribos se entendem: as paredes pintadas pelos artistas de rua não sofrem pichações.

O grafite, executado à mão livre com tinta spray, é apenas uma das várias técnicas de arte de rua. Há também quem use a velha dupla pincel e tinta; ou mol-des, chamados de stencil; ou ainda a colagem de cartazes, impressos ou pintados um a um. Tudo isso se mistura e cria uma ampla gama de variações, pois muitos artistas trabalham em grupo e fazem grandes murais coletivos.





FOTOS: USHA VELASCO

Vem aí o TRT Tocantins

Novo Tribunal vai melhorar o atendimento às reclamações trabalhistas no estado, muito diferentes das que são registradas no Distrito Federal

Thais Assunção

Em novembro de 2008, vendo o grande volume de processos e o crescimento econômico do estado, um grupo composto por juízes do TRT da 10ª Região (DF) formou uma comissão para criar o TRT da 25ª Região (Tocantins). Existem sete varas do Trabalho no estado, nas quais atualmente tramitam cerca de oito mil processos.

“Hoje percebemos uma disparidade muito grande entre o tipo de reclamação trabalhista no DF e no Tocantins; são duas realidades absolutamente diferentes”, ressalta o juiz titular da Vara do Trabalho de Dianópolis e coordenador do projeto de criação do TRT da 25ª Região, Márcio Andrade Brito.

O juiz explica que o Tocantins tem reclamações trabalhistas mais voltadas para a área da agroindústria, mineração e produção de energia, en-

quanto no DF os processos relacionam-se ao comércio e à prestação de serviços. “Muitos advogados do Tocantins têm dificuldades de se deslocar para Brasília para defender os processos; isso limita o atendimento ao cliente”, conclui.

“Depois de um ano e meio morando em Tocantins, sinto-me um veterano. Acredito que a criação do TRT 25 virá em um processo natural”, afirma o diretor da Vara do Trabalho de Dianópolis, José Francisco Antônio Ferreira. A jurisdição abrange vinte municípios numa área muito grande e há apenas 77 servidores em todo o estado.

Existe, hoje, uma proposta de organização dos servidores do Tocantins. “Como delegado sindical, levei o convite ao coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, para participar da primeira reunião, onde discutiremos o assunto. Vejo nos colegas uma espec-

tativa muito grande na criação do TRT. Todos estão apostando nisso”, comenta Francisco Ferreira.

Em março, a comissão para criar o novo TRT (formada pelos juízes Márcio Brito e Sandra Bernardo, o advogado representante da OAB-TO, Carlos Augusto Pinheiro e o servidor Francisco Ferreira) conversou com Roberto Policarpo, que garantiu ajuda nessa luta.

Segundo Márcio Brito, a comissão já tem o apoio da OAB-DF e também da OAB-TO, do Conselho Federal da OAB e de todos os desembargadores de Brasília para a criação do TRT de Tocantins. “O Tribunal apoia-se sobre um tripé: Justiça, OAB e Ministério Público. Só podemos organizá-lo se tivermos consenso entre esses três pilares. Precisamos também do apoio dos sindicatos, federações e confederações”, afirma.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Francisco Ferreira: “Processo natural”



Márcio Brito: disparidades regionais

TEMPOS MODERNOS

O TRT 25 será o primeiro tribunal da era digital. Criado depois da existência do CNJ e do CSJT, ele nascerá com todas as inovações tecnológicas que o CNJ atualmente recomenda.

Será um tribunal enxuto, com todos os processos digitalizados e um quadro de servidores menor. “O custo de administrar o Tocantins à distância é suficiente para criar uma estrutura moderna que atenda toda a região”, calcula Márcio Brito.



Se passar mais tempo, a Proposta de Plano de Carreira pode virar fumaça.

O Sindjus está fazendo a sua parte.

Mas até agora o Ministério Público não se manifestou. Por isso estamos cobrando a imediata instalação da Comissão que analisará a reestruturação da carreira dos servidores do Ministério Público.


Sindjus

www.sindjusdf.org.br

O Judiciário está perdendo seus principais quadros de servidores para outras carreiras que oferecem melhores salários. O Sindjus entende que isso não é bom para a categoria e cobra do Poder Judiciário que

ACELERE

o envio da proposta do Plano de Carreira ao Congresso Nacional.



Sindjus

www.sindjusdf.org.br